

# Revolução, Transição e Democracia: o debate sobre o significado da Revolução dos Cravos<sup>1</sup>

---

RAQUEL VARELA

*Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa*

A consolidação do regime democrático-representativo a partir de 1982-1986 e o abandono de projetos estratégicos de rutura, que só sobrevivem na extrema marginalidade, abraçados por grupos à esquerda do Partido Comunista Português (PCP), teve um impacto substancial na discussão historiográfica sobre a revolução. Sectores da academia deixaram de analisar a revolução como um processo com o seu tempo e forma e passaram a analisá-la a partir da situação de consolidação do regime democrático liberal. Assim, a revolução portuguesa não só deixou de ser alvo de uma discussão teórica, que não se aprofundou, como passou inclusive, em alguns setores, a ser submersa pela memória do vencedores, que obscureceram a revolução numa vaga noção de «caos» e tentaram sobre ela erigir a teoria da passagem da ditadura à democracia representativa sem um salto revolucionário. Fenómeno que se revelou no próprio abandono do conceito de *revolução* e na adopção do conceito de *transição para a democracia*.

Deter-nos-emos neste artigo sobre três debates em torno do significado da revolução: o capítulo «A revolução de 25 de Abril e o PREC<sup>2</sup>», de Rui Ramos na *História de Portugal*<sup>3</sup> por si coordenada, em que o autor vê a revolução como um «golpe de generais», dirigida no terreno pelo Movimento das Forças Armadas (MFA), a que o povo era essencialmente alheio ou manipulado; a de António

<sup>1</sup> Rebut: 22.03.2013 – Acceptat: 8.07.2013

<sup>2</sup> PREC – Processo Revolucionário em Curso

<sup>3</sup> RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

Costa Pinto, em mais do que uma obra<sup>4</sup>, que vê na revolução um processo conturbado de transição e consolidação da democracia representativa; a análise de Fernando Rosas<sup>5</sup>, para quem o processo é marcado pela rutura revolucionária que deu origem à democracia. As análises de Costa Pinto e Rosas, de cujas teses centrais discordamos, são análises que obrigam a uma reflexão pela firmeza teórica das propostas que avançam. A história de Rui Ramos não avança uma tese ou uma hipótese teórica, mas uma sucessão de factos aleatoriamente escolhidos. Porém, não deixámos de a referir pelo seu impacto público, no debate extra académico.

#### A HISTÓRIA OFUSCADA PELO EMPIRICISMO ALEATÓRIO: RUI RAMOS E A REVOLUÇÃO DE ABRIL COMO «UM GOLPE DE GENERAIS»<sup>6</sup>.

As quase 40 páginas que o historiador dedica à história do 25 de Abril na *História de Portugal* por si coordenada são marcadas essencialmente não pelo seu conservadorismo mas por uma narrativa que escolhe, com precisão cirúrgica, o acaso, o singular, o superficial e os torna testemunhos de uma tese implícita.

Vejamos alguns exemplos desta aleatoriedade: sobre a participação popular no dia do golpe, a 25 de Abril de 1974, há um único testemunho, o de alguém que «*não sabia o que estava ali a fazer*». Para exemplificar o dia-a-dia de um militante de base durante aquele período, há um testemunho, o de um membro do conservador Partido Popular Democrático (PPD), partido que, recordemos, não existia quando do golpe. O Partido Socialista (PS) era um pequeno núcleo de quadros, constituído em partido apenas em 1973 e o PCP e o conjunto da chamada extrema-esquerda teriam algo em torno de 3.000 militantes cada. O PPD forma-se paulatinamente, a partir da antiga Ala Liberal da Assembleia Nacional marcelista, juntando as ‘forças vivas’ locais que não estavam demasiado comprometidas com o regime, e os seus membros não eram então representantes típicos de um militante do período.

O único testemunho que há da reforma agrária citado é o de um militante francês que diz que visitou uma cooperativa e «*o trabalhador sente-se muito mais preso, condicionado, numa estrutura coletiva hoje do que antes na estrutura hierarquizada do patrão*»<sup>7</sup>, quando os testemunhos e as análises históricas com investigação deste

<sup>4</sup>Ver por exemplo PINTO, António Costa, «Political Purges and State Crisis in Portugal's Transition to Democracy 1975-76». In *Journal of Contemporary History*, LA-London, Sage Publications, Vol 43 (2), 2008, pp. 305-332.

<sup>5</sup>ROSAS, Fernando, *Portugal Século XX (1890-1976). Pensamento e Ação Política*, Lisboa. Editorial Notícias, 2004.

<sup>6</sup>Agradeço a Álvaro Bianchi a ajuda neste artigo.

<sup>7</sup>RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 731.

processo – Fernando Oliveira Baptista<sup>8</sup>, Constantino Piçarra<sup>9</sup>, entre outros – dão conta, dentro de enormes dificuldades, é certo, da pressão dos trabalhadores para ocupação de terras para garantir trabalho o ano inteiro (e não menos de 200 dias por ano como no Estado Novo) e de uma dedicação às cooperativas que mobilizou milhares de horas de trabalho voluntário. Nesta «não revolução mas caos» dominada por generais também os militantes dominavam e manipulavam as assembleias. Exemplos? A Lisnave. Justamente o caso – um dos mais estudados de todo o processo, nos trabalhos, por exemplo, de Fátima Patriarca<sup>10</sup> e Marinús Pires de Lima<sup>11</sup> – em que se funcionava em plenário quase permanente e votação de braço no ar, por plenários em que muitas vezes o PCP foi contrariado (11 de setembro de 1974), e noutras a extrema-esquerda ficou em minoria perante o volte-face da assembleia (7 de fevereiro de 1975).

A teoria está aparentemente ausente da obra. Sucedem-se acontecimentos sem teoria, como se a ciência fosse a *aparência* com que os factos se apresentam, uma *narrativa*. Multiplica-se, em estilo pós-moderno, uma seleção e uso indiscriminado desses factos, como se a ciência não tivesse *essência*.

A tese central do capítulo de Rui Ramos é que a revolução começa por ser um golpe de generais com ambições políticas, usurpada por capitães que transformaram Portugal naqueles 19 meses num palco da guerra colonial, controlando Portugal como faziam na mata, fazendo ações psicológicas (campanhas de dinamização) sobre a população. A sucessão de acontecimentos da Operação Fim de Regime dá a entender que tudo estava sob controlo do regime – posto em causa «por generais com ambições próprias». As forças do MFA entraram em Lisboa, o povo não sabia do que se estava a passar nem quem estava a apoiar e 400 profissionais da GNR, se tivessem querido, teriam derrotado o MFA<sup>12</sup>. Rui Ramos defende que a impossibilidade de continuar a guerra foi uma opção dos generais, tendo aqui as ambições políticas jogado um papel fundamental<sup>13</sup>. As campanhas de dinamização do MFA têm a sua origem, nesta narrativa de Rui Ramos, na forma como era feita a guerra em África, uma guerra de campanha centrada nos capitães

<sup>8</sup> BAPTISTA, Oliveira, *Portugal 1975. Os Campos*, Porto, Afrontamento, 1978.

<sup>9</sup> PIÇARRA, Constantino. *As Ocupações de Terras no Distrito de Beja. 1974-1975*. Coimbra, Alameda, 2008.

<sup>10</sup> PATRIARCA, Maria de Fátima. «Operários Portugueses na Revolução: a Manifestação dos Operários da Lisnave de 12 de setembro de 1974». In *Análise Social*. Lisboa: ICS, Vol XIV, 1978.

<sup>11</sup> LIMA, Marinús P. «Relações de Trabalho, Estratégias Sindicais e Emprego (1974-90)». In *Análise Social*, n.º 114, 1991, pp. 905-943.

<sup>12</sup> RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 712.

<sup>13</sup> *Ibidem*, pp.706-707.

e com ação psicológica. O 25 de abril seria uma revolução de capitães com ações de dinamização.

Admite Rui Ramos que o MFA se transformou em «força dirigente do Estado»<sup>14</sup>, mas, perguntamos nós, como acontece isso se os generais eram tão poderosos? Se o processo revolucionário se caracteriza pela manipulação das “massas”, e quer os generais quer os capitães estavam no controlo (e manipulavam) da situação, não se percebe porquê Marcelo Caetano, sitiado, com um cabo à sua frente, pede por favor para entregar o poder “pelo menos a um general”, o qual, aliás, será varrido do Governo cinco meses depois e expulso do País em março de 1975.

O facto de só dois generais terem ‘participado’ no golpe não se opondo a este, terem sido ultrapassados pelo MFA, ficando o País a conhecer as divergências entre Spínola e o MFA na própria noite de 25 para 26 de abril é irrelevante para o autor. A seguir ao 25 de Abril, os oficiais superiores e generais que tinham prestado homenagem a Marcelo Caetano em março, no famoso episódio da «brigada do reumático», são enviados para a reserva.

É sabido que a interpretação depende dos factos e a seleção destes, da interpretação. É conhecido também que a história coloca, com base em teorias e metodologias, limites a esta relação – não foi a URSS que invadiu a Alemanha, foi a Alemanha que invadiu a URSS; não foram chineses que desembarcaram na Normandia, foram americanos, ingleses, franceses, canadianos... Eric Hobsbawm<sup>15</sup>, num conhecido ensaio, desconjunta esta elasticidade pós-moderna que não vê limites à utilização dos factos.

Escreve Rui Ramos que «a Junta aboliu a censura, extinguiu a DGS, cujos agentes foram detidos em massa (em julho, estavam presos cerca de 1.000), libertou os presos políticos (85 no Forte de Caixas e 43 no de Peniche), e suprimiu a ANP, a Legião e a Mocidade»<sup>16</sup>.

Houve muitos acontecimentos naqueles dias que dependeram da Junta ou por ela foram fortemente influenciadas (composição do Governo, ida de Caetano e Tomás para o exílio) e houve outros que, embora na aparência tenham tido a atuação da Junta, não dependeram dela. O que aconteceu foi que em alguns destes acontecimentos a JSN decretou sobre um facto contra o qual ela estava, provavelmente por ponderar que a relação de forças entre as várias frações sociais não lhe era favorável. A população destruiu a sede da censura e obrigou, sob protesto popular e dos próprios presos<sup>17</sup>, à libertação destes na sua totalidade. E depois, na Madeira<sup>18</sup>, o povo manifestou-se publicamente contra Tomás e Caetano, forçando a saída destes mais rápido da ilha. Nos casos citados por Rui Ramos, a JSN nada

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 721.

<sup>15</sup> HOBBSBWM, Eric, *Sobre História*, São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

<sup>16</sup> RAMOS, Rui (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 713.

<sup>17</sup> *Diário Popular*, 2 de maio de 1974, p. 28.

<sup>18</sup> *Ibidem*.

fez sobre o que já estava feito. No caso de Caetano e Tomás, a Junta conseguiu ser preponderante, deixando ambos sair do País sem julgamento.

Afirma Rui Ramos que «*O Estado arrogara-se o poder de substituir as direções de empresas privadas*»<sup>19</sup>. Imaginamos, porque o texto neste campo se limita a esta frase, que o autor se esteja a referir à intervenção do Estado nas empresas. Na verdade, o Estado inicialmente opõe-se à maioria das ocupações, e muitas vezes os próprios sindicatos também. O Estado chega a enviar militares para as impedirem e, perante a sua inevitável generalização, fruto da descapitalização de empresas e da consequente ameaça de despedimento, o Estado homologa um decreto de intervenção<sup>20</sup>, o DL 637/74, de 20/11.

Escreve Ramos que o povo no dia 26 abril participa do processo, porém a 25 desconhecia o que se passava. Concordamos com o autor quando diz que o processo do golpe é um processo essencialmente militar, com origem no regime. Portanto não resultou, como afirmava o PCP, de um «levantamento nacional de massas»<sup>21</sup> devido ao atraso do País, mas de uma crise dentro da direção do regime, provocada pela derrota na guerra. Porém, é indiscutível que a participação popular é imediata e começa logo a 25 de Abril, e esse facto não pode ser iludido pelo testemunho de um transeunte que «não sabia o que se estava a passar».

O primeiro comunicado das forças armadas é pouco antes das 4 da manhã da noite de 24. Seguem-se 10 comunicados do MFA<sup>22</sup>, quase de duas em duas horas, a pedir ao povo «para ficar em casa». As ordens não são acatadas. No Quartel do Carmo, onde há milhares de pessoas, bem como em todas as ruas de Lisboa, nem os pedidos de Salgueiro Maia, nem os de Francisco Sousa Tavares fizeram a população, no dia 25, desmobilizar. Haverá mesmo disputas com o Ministério do Trabalho para que não sofram represálias os milhares de trabalhadores que não vão trabalhar no dia 25 de Abril porque, nesse dia, estiveram em manifestações ou simplesmente nas ruas a celebrar a liberdade.

Ramos escreve que a GNR poderia ter evitado o golpe. É um exercício com perigos para os historiadores – o contrafactual. «Se» e o que «teria acontecido» é especulativo. O facto é que a GNR não resistiu. Porquê? Os documentos que temos indicam que esta considerava que resistir era um ato destrutor. No dia 25 de Abril os rádios intercetam uma conversa da GNR. Por volta da uma da tarde, os militares da Guarda queixam-se de que: «*Estudantes e rapazes estão a atingir à pedra-*

<sup>19</sup> RAMOS, Rui, *Opus.cit.* p. 729.

<sup>20</sup> LOPES, José da Silva, *A Economia Portuguesa desde 1960*, Lisboa, Gradiva, 1999, p. 173.

<sup>21</sup> Ver sobre isto VARELA, Raquel, *A História do PCP na Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertrand, 2011.

<sup>22</sup> Os Comunicados do 25 de Abril. CD25A. In <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=mfa1> consultado a 7 de março de 2012.

da as nossas forças (...) temos urgentemente de tomar providências.» Às 15.35: «Estamos completamente cercados. (...) Deram-nos 10 minutos de ultimato».<sup>23</sup>

Afirma Ramos que entre «agosto e dezembro de 1975, foram ocupadas 3311 herdades, equivalentes a 19% da superfície cultivada nacional – mas atingidos apenas 1000 proprietários» e que o pagamento de salários tinha sido garantido em maio<sup>24</sup>. Acrescenta que não havia nenhuma «classe faminta»<sup>25</sup>. Considerará Rui Ramos que há aqui um salto histórico crítico, analisado nos meus trabalhos e nos do historiador Constantino Piçarra? Entre agosto e dezembro há dois governos: um de militares ligados à esquerda militar (o PCP, como procurei demonstrar, tem uma posição muito dúbia face a este Governo) que dura de facto duas semanas; e outro com uma composição dominada pelo PS e pelo Grupo dos Nove. Quem libertará as verbas para pagar salários abrindo espaço à maior ocupação de terras de todo o período é o VI Governo, dominado pelo PS, e não o V Governo. Estas verbas serão libertadas, certamente também sob pressão do PCP, mas por um ministro, Lopes Cardoso, próximo do PS e não do PCP. No dia 17 de outubro, um despacho do secretário de Estado da Estruturação Agrária dota os centros regionais da reforma agrária de uma verba de 25 mil contos para assegurar a atividade produtiva dos membros das unidades de produção geridas pelos trabalhadores em vias de legalização e a 29 de outubro é publicado esse despacho.

O historiador defende, na esteira da tese da revolução dominada por militares, que «A hierarquia dos partidos foi determinada pelos militares»<sup>26</sup>. A afirmação é, na minha opinião, totalmente, incompreensível, pelo menos em relação ao partido que estudei a fundo, o PCP. A liderança do Partido Comunista mantém-se totalmente inalterada, com o imobilismo da direção – uma direção altamente respeitada pelos anos de resistência na clandestinidade – a ser uma marca do partido no processo. Cunhal comanda o partido, mas afasta-se sempre dos lugares chave dos ministérios (fica ministro sem pasta) para procurar evitar a responsabilização do partido por medidas altamente impopulares como a aprovação de uma lei restritiva do direito à greve ou um salário mínimo abaixo do exigido pelos trabalhadores.

Sobre o PCP, o autor afirma ainda que este partido tomara a dianteira na ocupação de sindicatos e autarquias. Isso de facto aconteceu em muitos sindicatos e autarquias. Mas, muitos outros sindicatos – metalúrgicos de Lisboa, têxteis, transportes aéreos, correios e telecomunicações, construção e reparação naval –, que determinaram situações disruptivas para o Estado, eram desde 1968-1970 dirigidos ou tinham uma forte influência de militantes do Movimento de Esquerda Socialista (MES), católicos progressistas, Movimento Reorganizativo do Partido

<sup>23</sup> República, 26 de abril, p. 10.

<sup>24</sup> RAMOS, Rui (coord), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros, 2009, p. 730.

<sup>25</sup> Ibidem, pp. 729-730.

<sup>26</sup> Ibidem., p. 724.

do Proletariado (MRPP) e grupos ML (marxistas-leninistas) que iriam dar origem à organização maoista *União Democrática Popular* (UDP).

Os partidos atuam mais como atores institucionais do que sociais<sup>27</sup>, segundo Rui Ramos. Isto não explica como é que um partido, o PCP, passa de 3 mil para 100 mil militantes no espaço de um ano, e o PS passa da quase inexistência para uns 80 mil. A forte disputa institucional entre ambos os partidos pelo controlo do Estado teve sempre uma ancoragem social clara – no caso do PS a seguir às eleições, no caso do PCP a Intersindical. Como historiadores temos de explicar que forças sociais subterrâneas, e não meramente institucionais, levam a que em nove meses se tenham constituído 50 partidos políticos<sup>28</sup>, ao todo mobilizando centenas de milhares de militantes (que participam, pagam quotas, organizam), como o próprio Ramos admite, e que quase todos tenham «democracia» e «socialismo» no nome, nenhum reclamando a direita, e a própria direita designando-se social-democrata (PPD) ou centro democrático social (CDS)? É este um quadro de partidos com escasso apoio social, dominados por militares?

Ramos argumenta que a classe trabalhadora está ausente da revolução, a não ser como sujeito passivo. Para tal usa, paradoxalmente, uma classificação classista do MFA: conclui que a maioria dos 730 oficiais que assinaram o documento do MFA não era de origem proletária, mas sim do meio rural, a maioria vinham da Academia Militar (93%), 80% eram capitães ou majores: «*A explicação, portanto, não está na origem social, mas numa experiência histórica: o comando das tropas na guerra e a revolta corporativa de 1973*».<sup>29</sup> Ramos procura justificar a alegada ausência da classe trabalhadora também pela origem social dos candidatos, uma vez que só 14% seriam operários<sup>30</sup>.

Isso significa que este sujeito social não teve existência? A pergunta é quase estapafúrdia. Ramos ignora, na nossa opinião, que 1) a classe trabalhadora não se resume ao setor operário industrial. Esta definição, profundamente influenciada pela experiência soviética e pelo Partido Comunista – e uma noção que perdurou em Portugal para justificar a divisão entre centrais sindicais – é uma definição de agrupamento sócio-profissional e não de classe; 2) na definição de classe usa-se uma série de variáveis que dizem respeito ao lugar e posição de trabalho, origem social, rendimentos, organização política, etc., e é uma noção complexa porque inclui também frações de classe; 3) finalmente não concordamos com o autor em retirar das eleições essa ilação. A maioria dos votantes são da classe trabalhadora e votam em programas (incluindo o do PS) que achavam que defendiam o socialismo, o direito ao trabalho, etc. Não há, finalmente, uma ligação mecânica entre a força social de uma classe e a sua força eleitoral. Basta pensar que 70.000 donas de

<sup>27</sup> Ibidem, p. 724.

<sup>28</sup> Ibidem, p. 723.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 722.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 730.

casa das Beiras têm muito mais força eleitoral que 7000 operários da Lisnave, mas estes determinaram coisas tão importantes como – para dar apenas um exemplo – a não aplicação da lei da greve a nível nacional, com um efeito de arrastamento para quase todos os restantes trabalhadores em Portugal.

Esta visão de uma classe trabalhadora manipulada surge no seio de uma narrativa onde a classe trabalhadora tem um espaço exíguo. A única vez que Ramos se refere às comissões de trabalhadores é para defender que foram multiplicadas pela extrema-esquerda como reação à ocupação dos sindicatos pelo PCP<sup>31</sup>. Não é factual. As comissões de trabalhadores nascem de forma espontânea – não são fruto de uma estratégia reativa ao PCP, antes florescem nos dias a seguir ao golpe porque nos locais de trabalho quase não existiam outras estruturas e os trabalhadores começam a reunir-se em plenários e a votar de braço no ar e precisam de mandar alguns dos seus para levar avante as suas decisões e reivindicações. Fizemos referência às centenas que nascem logo nos primeiros dias a seguir à revolução de forma inorgânica.

Cremos que Rui Ramos confunde revoluções com quarteladas, e se seguirmos o que propõe não há diferença real e conceptual entre a revolução de abril e os golpes que nela tiveram lugar, porque tudo *aparece* como parte de um processo em que indivíduos, mas só indivíduos muito particulares, têm o poder de pôr e dispor a história.

Se forma e conteúdo correspondessem, o mundo científico era dispensável. A narrativa de Rui Ramos faz-se de decretos, decisões, conversas entre dirigentes do 25 de Abril, estando afastada qualquer tentativa de perceber, usando balizas na documentação, qual foi o movimento das classes em confronto, até porque nesta história a classe trabalhadora só existe enquanto sujeito passivo, alvo de manipulação e de «campanhas de ação psicológica do MFA».

Não existe a noção de que nos processos revolucionários se gera uma situação de dualidade de poderes. E assim, vemos afirmações contraditórias como «os quartéis tinham-se transformado em pequenos parlamentos»<sup>32</sup> na mesma frase onde se defende que os militares puseram em causa a democracia, numa revolução dominada por generais com projetos políticos falhados, mas onde vigorava a ausência de disciplina militar porque os quartéis, precisamente, se tinham tornado «pequenos parlamentos».

Neste capítulo do livro dedicado à história do 25 de Abril no quadro da *História de Portugal*, não há caracterizações de governos, Estado ou regime, tudo aparece diluído, não há sujeitos sociais, nem respetivas frações. Ramos vai mais longe do que a historiografia liberal, que oculta as classes sociais nos partidos, na Igreja, na direção do MFA. Desta história desaparecem todos para emergirem as persona-

<sup>31</sup> Ibidem, p. 731.

<sup>32</sup> Ibidem, p. 721.

gens: é assim que as greves são remetidas a duas notas, mas as longas disputas entre Spínola e Kaúlza de Arriaga ocupam várias páginas.

Nesta narrativa procura-se ainda dar ênfase a uma suposta repressão ancorada numa certa noção de «caos»<sup>33</sup> e arbitrariedade estatais. Ramos não discute o regime, o Estado e os governos. Mas considera que há um «poder revolucionário»<sup>34</sup> que é responsável por 10 mil «refugiados políticos». «*Tudo acabou por volta das 18h. Nenhum militar foi morto ou ferido. As únicas vítimas caíram diante da sede da DGS, quando, por volta das 20h, uma multidão de 600 ‘jovens manifestantes’ se aproximou, e os agentes reagiram a tiro, provocando quatro mortos. Por sua vez, a tropa matou um agente da DGS<sup>35</sup> pelas costas*».<sup>36</sup>

Uma seleção avulsa de factos – desvinculados do seu contexto geral, social, e sem qualquer hierarquia na seleção – permite a Rui Ramos acentuar na narrativa a violência, que em absoluto, e comparando com outros processos revolucionários, foi escassa na revolução portuguesa (embora não faltasse do outro lado da revolução, nas colónias).

Mas em termos relativos a violência da revolução de 1974 e 1975 está do lado da direita e da coligação PS/Grupo dos Nove/Igreja. Ramos destaca a violência de esquerda, o pide «morto pelas costas» e um tipo que no 11 de março pôs em «dúvida a violência do ataque e foi morto»<sup>37</sup>. Resumindo, eis as características da violência na revolução portuguesa:

1) Uma grande ausência de violência, na metrópole, justamente devido à crise do Exército.

2) A violência que se exerce é muitas vezes sobre trabalhadores, repressão de greves, e mesmo prisão de militantes como os do MRPP<sup>38</sup> e da AOC<sup>39</sup> depois de 11 de março de 1975 e também de um pequeno partido de direita.

3) É verdade que um pide é morto, mas dezenas “fogem” da cadeia, com a complacência das autoridades, e a maioria não sofrerá qualquer pena significativa.

4) Uma revolução em que a violência mais grave ficou marcada, no Verão Quente, pela violência de direita, com o silêncio cúmplice do PS e da Igreja, contra os sindicatos e os partidos de esquerda. Segue-se um Governo, o VI, marcado por atos como a destruição à bomba dos emissores da Rádio Renascença e a criação do AMI, uma força especial de repressão.

5) Finalmente, a escassa violência verifica-se também na ausência de julgamento para a maioria dos quadros do regime do Estado Novo, muitos dos

<sup>33</sup> Ibidem, p. 714.

<sup>34</sup> Ibidem, p. 732.

<sup>35</sup> Direção Geral de Segurança – polícia política.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 712.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 728.

<sup>38</sup> Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado, maoista.

<sup>39</sup> Aliança Operário-Camponesa, maoista.

quais, incluindo gerais com um papel criminoso na guerra, têm como pena a «reforma compulsiva antecipada». Ao contrário de alguns militares de esquerda e extrema-esquerda, que passaram por um longo processo até conseguirem a amnistia.

A violência, mesmo assim limitada, que existiu em 1974-9175 foi exercida mais sobre a esquerda do que sobre a direita<sup>40</sup>.

Se é verdade que existiram formas semibonapartistas, quer por parte do PCP e de militares ‘amigos’ no IV Governo, quer por parte do PS e militares a ele afetos no VI Governos (saneamentos políticos – não os económicos feitos no início pelas CTs), o controlo da comunicação social, a repressão realizada por ambos os governos refletiam uma pressão destes aparelhos pelo controlo do Estado e não a tentativa de instauração de um modelo ditatorial, que quando existiu de facto, por parte da burguesia apoiada em Spínola, foi amplamente rejeitado por toda a população e também por estes partidos. Mas esse controlo do Estado foi amplamente evitado pela democracia de base dos órgãos de ‘poder popular’, que rejeitaram em processos de luta a repressão sobre os CTT, a militarização da TAP e do sindicato dos químicos, a lei corporativa da greve, defendida por PCP e PS, lutaram contra prisões à esquerda, rejeitaram a repressão de manifestações (Lisnave, Intercomissões, Comité de Luta de Setúbal), uma parte dos partidos de extrema-esquerda condenou a ilegalização do MRPP e da AOC (mas não rejeitou a ilegalização de dois partidos de extrema direita, o Partido do Progresso e o Partido Liberal. A evidência empírica é que ao fim de muitas tentativas de tentar controlar, por exemplo, a comunicação social, o VI Governo toma a decisão de rebentar à bomba os emissores de uma rádio; e o Governo entra em greve, depois de sequestrado pelos operários da construção civil, quando tinha acabado de constituir o AMI, uma força de repressão de elite. Houve utilização política do aparelho de Estado por parte do PS e do PCP, uns contra os outros, consoante a relação de forças – isso por si só não define se um regime é ditatorial ou democrático representativo. Não havia um poder de Estado estável, muito menos um poder ditatorial: todas as liberdades estavam, como nunca na história de Portugal, amplamente asseguradas. Curioso, em jeito de nota final, que se utilize a palavra «caos» para falar da revolução, mas não se use expressão equivalente para falar de um regime envolvido numa guerra colonial, com salários baixos, miséria gene-

<sup>40</sup> PALACIOS CEREZALES, Diego, *Portugal à Corunhada. Protesto Popular e Ordem Pública nos séculos XIX e XX*, Lisboa, Tinta-da-china, 2011.

realizada, padrões de saúde subdesenvolvidos, polícia política, censura, e que tinha forçado 1 milhão e meio de pessoas a emigrar. Isso é o quê: «ordem»?

O momento repressivo mais bem sucedido de toda a revolução foi o golpe que iniciou a contrarrevolução, que deu origem à prisão, durante vários meses, de mais de 100 militares.

A narrativa de Rui Ramos não tem densidade histórica. Ela insere-se num quadro teórico que tenta associar o “PREC” a um momento de caos, desordem e repressão, quadro esse que só pode ser construído na base da eliminação de factos. A história de um povo que se organiza em comissões de trabalhadores, de moradores, de soldados, a profunda democracia de base que leva o primeiro-ministro Pinheiro de Azevedo, desesperado antes do golpe de 25 de novembro, a dizer que tudo tinha que passar «por plenários» é substituída por uma história de grandes figuras militares culpadas de manipular todo um povo que não é sujeito histórico da sua vida.

#### REVOLUÇÃO OU TRANSIÇÃO? ENTRE A HISTÓRIA E A POLITOLOGIA

Por ocasião do bicentenário da revolução francesa uma polémica marcou a historiografia mundial. No debate destacou-se François Furet, que na obra *Pensando a Revolução Francesa*<sup>41</sup>, caracterizava a revolução de 1789 como um «acidente histórico» e procurava separar o processo iniciado em 1789 das revoluções posteriores, sobretudo da russa de 1917. Do outro lado da controvérsia, Eric Hobsbawm publicou uma série de ensaios, reunidos na obra *Ecos da Marselhesa*<sup>42</sup>, onde defendia que a posição de Furet e de outros historiadores com esta visão resultava de pressões ideológicas (no sentido de falsa consciência) revisionistas e não de uma investigação renovada da revolução francesa:

«(...) O revisionismo na história da Revolução Francesa é, simplesmente, um aspeto de um revisionismo muito maior sobre o processo do desenvolvimento ocidental – e mais tarde global – na era do capitalismo e em seu interior (...)»<sup>43</sup>.

Uma polémica semelhante deu-se em Portugal quase 15 anos depois, também a propósito de um aniversário, o trigésimo da revolução portuguesa, em abril de 2004. Embora já houvesse uma discussão em torno da caracterização da mudança de regime – Medeiros Ferreira, por exemplo, discute a questão no texto «25 de Abril, uma revolução?»<sup>44</sup> –, é a partir de 2004 que a questão se avoluma. No segui-

<sup>41</sup> FURET, François, *Pensando a Revolução Francesa*, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1989.

<sup>42</sup> HOBBSAWM, Eric, *Ecos da Marselhesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

<sup>43</sup> HOBBSAWM, Eric, *Ecos da Marselhesa*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 123.

<sup>44</sup> FERREIRA, José de Medeiros, «25 de Abril, uma Revolução?», In MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal. Portugal em Transe*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, pp. 7-11.

mento da escolha do cartaz oficial comemorativo para a celebração ter a inscrição «abril é Evolução», uma polémica chegou às páginas dos jornais sobre o que tinha sido a revolução portuguesa. O debate rapidamente se centrou na questão sobre o que deveria ser salientado em Portugal depois do fim da ditadura: a revolução ou a evolução do País no período pós-revolucionário.

António Costa Pinto, na altura comissário para as comemorações dos 30 anos do 25 de Abril, escreveu no calor da polémica que:

*«No panorama habitualmente morno das comemorações de datas históricas, algumas dimensões das celebrações dos 30 anos do 25 de Abril provocaram pelo menos um esboço de debate. O trogloditismo saudosista, com a exceção dos escassos defensores de uma história ao serviço da 'revolução hoje e sempre', teve escassa visibilidade. (...) Comemorar os 30 anos de evolução para a democracia e o desenvolvimento que se seguiu à Revolução de 1974 não agradou a uma parte da esquerda, o que é natural. Ver o centro-direita de cravos a comemorar o 25 de Abril foi-lhe desagradável»<sup>45</sup>.*

O historiador Fernando Rosas criticou o envolvimento de António Costa Pinto naquilo que considerou ser uma «pseudocientificidade»:

*«abril não foi evolução porque as direitas portuguesas foram historicamente incapazes de realizar um processo de transição, isto é, de levar a cabo, a partir do próprio regime, um processo endógeno e sustentado de reformas»<sup>46</sup>.*

Outros cientistas sociais, como António Borges Coelho, Manuel Villaverde Cabral e Luís Salgado de Matos, envolveram-se no debate<sup>47</sup>.

Desde há sensivelmente duas décadas que as teses de Furet inspiraram uma série de trabalhos, com centro académico difusor sobretudo a partir da politologia norte-americana, que procuram por um lado centrar a sua análise dos processos de mudança de regime não nas classes sociais e frações, mas nas elites que as dirigem; por outro, acentuar o carácter sobejo dos processos de rutura, isto é, à semelhança de Furet, encontrar pontos de continuidade entre os antigos e os novos regimes assinalando os processos revolucionários como dispensáveis nas mudanças de regime de ditadura para democracia. Finalmente, associarem o conceito de democracia representativa (liberal, ocidental ou burguesa são conceitos utilizados pelos historiadores para conceptualizar este tipo de regime) como o único regime que se oporia aos «autoritarismos». De tal forma que muitas vezes a democracia liberal olvida o adjetivo e é simplesmente denominada, nestes trabalhos que referimos,

<sup>45</sup> PINTO, António Costa, «abril e o Futuro», In *Diário de Notícias*, 28 de abril de 2004.

<sup>46</sup> ROSAS, Fernando, «abril é Revolução», In *Público*, 14 de abril de 2004.

<sup>47</sup> COELHO, António Borges, «Nos Trinta Anos da Revolução de abril», In *Le Monde Diplomatique*, abril de 2004; CABRAL, Manuel Villaverde, «O 25 de abril em Retrospectiva», *Le Monde Diplomatique*, abril de 2004. Ver também MATOS, Luis Salgado de, «O 25 de abril e a Democracia», In *Público*, 12 de abril de 2004.

como «democracia», centrando os autores o seu debate na qualidade e extensão, tipo e atores dessa democracia, sempre em oposição às ditaduras, e nunca em relação com outro tipo de regimes.

Dentro desta ampla área de influência teórica há matizes, mas todos ignoram aquilo que é o salto qualitativo dos processos revolucionários: a água não se transforma de gelo em vapor sem derreter e ferver, diria um historiador dialético; a água passa de gelo a vapor sem ferver diria um politólogo inspirado pelas teorias da *transitologia*.

A polémica em Portugal não transitou imediatamente das páginas dos jornais para os espaços de reflexão académicos. Hoje, o termo revolução convive, na academia, para designar exatamente o mesmo período, com termos como «transição», «processo de democratização» ou ainda «normalização democrática», sem que tenha sido feito um aprofundamento teórico do debate iniciado em 2004. Mais recentemente, a ciência política tem adotado o termo «transição por rutura» em oposição a «transição pactada» em Espanha.

Cientistas sociais e historiadores de inspiração marxista que estudaram a revolução portuguesa, como Loren Goldner<sup>48</sup>, Valério Arcary<sup>49</sup> ou John Hammond<sup>50</sup>, não questionam os termos revolução e contrarrevolução, embora controvertam se se tratou de uma situação revolucionária ou pré-revolucionária e qual o grau de radicalização da mesma. Mesmo fora do campo do marxismo muitas obras mantiveram o uso dos conceitos de revolução e contrarrevolução, como é o caso dos estudos de Boaventura Sousa Santos<sup>51</sup> e Medeiros Ferreira<sup>52</sup>; e/ou distinguiram claramente o período da revolução (1974-75) do período de transição para a democracia, que se inicia em 1976, como nas obras de João Medina e Fernando Rosas<sup>53</sup>. Outros autores, porém, usam indiferentemente os dois conceitos. Josep Sanchez Cervelló em «O processo democrático português 1974-75»<sup>54</sup>, Maria Inácia Rezola em *Os Militares na Revolução de abril. O Conselho da Revolução e a*

<sup>48</sup> GOLDNER, Loren, *Ubu Saved from Drowning: Class Struggle and Statist Containment in Portugal and Spain, 1974-1977*, Cambridge MA, Queequeg Publications, 2000.

<sup>49</sup> ARCARY, Valério, «Quando o Futuro era Agora. Trinta Anos da Revolução Portuguesa». In *outubro*, São Paulo: Xamã, n.º 11, 2004, pp.: 71-92.

<sup>50</sup> HAMMOND, John, «Worker Control in Portugal: The Revolution and Today», In *Economic and Industrial Democracy*, London, Sage Publications, 1981, pp. 413-453.

<sup>51</sup> SANTOS, Boaventura Sousa, «A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal. 1974-1984», In *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 14, novembro de 1984, pp. 7-29.

<sup>52</sup> FERREIRA, José de Medeiros, «25 de Abril, uma Revolução?», In MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal. Portugal em Transe*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

<sup>53</sup> MEDINA, João, «Portugal Democrático», In MEDINA, João, *História de Portugal*, Lisboa, Clube Internacional do Livro, 1998; ROSAS, Fernando, *Portugal Século XX (1890-1976), Pensamento e Ação Política*, Lisboa, Editorial Notícias, 2003.

<sup>54</sup> CERVELLÓ, Josep Sánchez, «El Proceso Democrático Portugués (1974-75)», In TORRE, Hipólito de la (coord.), *Portugal y España en el Cambio Político (1958-1978)*, Mérida, UNED, 1989, pp. 149-166.

*Transição para a Democracia em Portugal (1974-76)*<sup>55</sup> e Tiago Moreira de Sá em *Carlucci vs. Kissinger*<sup>56</sup> usam indistintamente, para falar do mesmo período, os termos revolução e transição. É na área da ciência política que se destacam os trabalhos que tendem a usar exclusivamente o conceito de «transição» para a mudança de regime ocorrida em Portugal, tendo como influências determinantes as obras de Philip Schmitter<sup>57</sup> e António Costa Pinto<sup>58</sup>.

Na verdade, dificilmente se pode afirmar que em todos os casos os termos são usados tendo por base uma discussão teórica prévia e uma opção científica teórico-metodológica, desde logo porque o debate teórico entre a historiografia portuguesa é amiúde desprezado. Mas a indefinição terminológica tem consequências epistemológicas. A polémica é incontornável porque revela, mais do que um conceito, uma visão histórica sobre o que é uma revolução, os seus sujeitos, as suas consequências.

Foi a partir da polémica do bicentenário da revolução francesa, como assinalou Norberto Bobbio, que principiou a desvalorização do conceito de revolução<sup>59</sup> com um alcance para lá da revolução francesa, envolvendo todas as revoluções contemporâneas. Charles Tilly argumenta mesmo que 1989 foi o ano em que «*intelectuais franceses e francófilos*» procuraram fazer um «*requiem pela revolução*»<sup>60</sup>.

Hoje, este *requiem* parece-nos ter soado cedo demais. Em primeiro lugar, o conceito de revolução tem um significado histórico que podemos e devemos debater, mas que de forma alguma se confunde com uma visão teleológica que associa uma mudança revolucionária de regime à consolidação de um regime democrático liberal. O período após a década de 70 do século XX viu surgir no Mundo uma vaga de novos regimes de democracia representativa que inspiraram um paradigma na ciência política, de tradição fortemente ligada ao pensamento liberal, como argumenta Ronald Chilcote<sup>61</sup>, que é simultaneamente teleológico – as sociedades caminhariam inevitavelmente para um tipo de regime, a democracia liberal – e ideológico – na medida em que todas essas análises, como assinala Matheus Silva, ou propõem «o aprofundamento do modelo neoliberal como for-

<sup>55</sup> REZOLA, Maria Inácia, *Os Militares na Revolução de abril: o Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal*, Lisboa, Campo da Comunicação, 2006.

<sup>56</sup> MOREIRA DE SÁ, Tiago, *Carlucci vs. Kissinger*, Lisboa, D. Quixote, 2008.

<sup>57</sup> SCHMITTER, Philip, *Portugal: Do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS, 1999.

<sup>58</sup> PINTO, António Costa, «Political Purges and State Crisis in Portugal's Transition to Democracy 1975-76». In *Journal of Contemporary History*, LA-London, Sage Publications, Vol 43 (2), 2008, pp. 305-332.

<sup>59</sup> BOBBIO, Norberto, *Teoria Geral da Política*, São Paulo, Editora Campus, 10ª edição, 2000, p. 606.

<sup>60</sup> TILLY, Charles, *Las Revoluciones Europeas, 1492-1992*, Barcelona, Crítica, 1995, p. 17.

<sup>61</sup> CHILCOTE, Ronald, *Teorias da Política Comparativa: a Busca de um Paradigma Reconsiderado*, Petrópolis, Vozes, 1997, p. 88.

ma de solucionar os problemas da democracia contemporânea» ou procuram a «melhoria da democracia dentro do âmbito da democracia liberal atualmente existente»<sup>62</sup>.

Esta análise tem sido alvo de críticas mesmo em Espanha, o modelo deste paradigma, onde a mudança de regime se deu por negociação entre a classe dominante e as direções das organizações operárias e de trabalhadores (PCE, PSOE, CCOO). Encarnación Lemus por exemplo, lembra que a democracia não era o desenlace obrigatório da luta política e social que ocorreu em Espanha em 1975:

«Por um lado, em 1975, o socialismo como princípio ideológico e como sistema social não estava desautorizado; a via socialista estava a ser tentada em Portugal; por outro lado, ainda existia o Governo republicano no exílio, que reclamava a legalidade, e os partidos da oposição, tanto os socialistas como o PCE eram republicanos»<sup>63</sup>.

Carlos Taibo escreve que «boa parte da literatura sobre transições «não se limita a analisar as transições, mas agrega a estas um destino final desejado: a democracia»<sup>64</sup>. Com um efeito a jusante, que é o próprio estudo das democratizações estar inquinado por visões que desprezam as variáveis sociais, como lembra o cientista político Gabriel Vitullo:

«A necessidade de resgatar e dar maior atenção às variáveis estritamente políticas – antes não tidas em conta – não pode autorizar que a democratização seja vista apenas como o resultado de uma eleição ou opção estratégica das elites dirigentes, omitindo o restante da sociedade, os setores populares e a própria história, como fica manifesto na coletânea de Higley e Gunther (1992)<sup>65</sup>, cujo objetivo primordial parece ser o de adotar o compromisso das elites como pré-condição fundamental para a consolidação da democracia. Como criteriosamente argumenta Bunce (2000, p. 635)<sup>66</sup>, ficar nesse único plano de análise implica dizer que são as elites e não a sociedade, a política e não a economia, os processos internos e não as influências internacionais, os que constituem os fatores cruciais da democratização e que, portanto, agregaríamos, a democracia pode

<sup>62</sup> SILVA, Matheus Passos, *Relações entre Estado e Democracia na Teoria Política Contemporânea*. Brasília DF, 2005, p. 3. In [http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde\\_busca/arquivo.php?codArquivo=561](http://bdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=561). Consultado em 6 de novembro de 2009.

<sup>63</sup> LEMUS, Encarnación, *En Hamelin... La Transición Española más allá de la Frontera*, Oviedo, Septem Ediciones, 2001, p. 16.

<sup>64</sup> TAIBO, Carlos, «Sovietólogos Y Transicionólogos: una Relación Conflictiva». *Las Transiciones en Europa Central y Oriental*, Madrid, Catarata, 1998, p. 12.

<sup>65</sup> HIGLEY, John; GÜNTHER, Richard (eds.), *Elites and Democratic consolidation in Latin America and Southern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992.

<sup>66</sup> BUNCE, Valérie, Quand le lieu compte : spécificités des passés autoritaires et réformes économiques dans les transitions à la démocratie. *Revue Française de Science Politique*, Paris, v. 50, n. 4-5, p. 633-656, août-oct. 2000.

*ser confeccionada ou desmontada de acordo com as opções ou decisões tomadas por um reduzido grupo de lideranças políticas»<sup>67</sup>.*

A democracia, nos termos em que se consolidou em Portugal, foi o resultado da luta de classes, da revolução e da contrarrevolução, mas não foi o seu resultado inevitável, o que pode legitimamente ser deduzido dos estudos que analisam as transições para a democracia na Europa do Sul. Poder-se-á ponderar, no caso português, os fatores que pendiam a favor da consolidação de Portugal como uma democracia liberal – geograficamente inserido na Europa Ocidental e, portanto, no contexto da divisão de Alta e Potsdam, na esfera de influência da NATO; peso das classes médias portuguesas; qualidade da direção da contrarrevolução, que repousou em grandes dirigentes políticos como Mário Soares e Álvaro Cunhal, etc. – e também os fatores que faziam perigar essa hipótese – a existência de uma revolução; a profunda crise económica e militar do País; o prestígio, sabemos mitificado, mas que existia ainda nesta altura entre a população, das sociedades onde a burguesia tinha sido expropriada e que representavam 2/3 da humanidade; a existência de países onde *a contrario* dos fatores internacionais, a expropriação se deu, como Cuba; a «onda revolucionária» aberta com o maio de 68 em França<sup>68</sup>. A ponderação de uns e outros fatores – só citámos alguns – é parte do trabalho do historiador. Mas não autoriza argumentos contrafactuais. A democracia liberal não era, não se pode afirmar que era, inevitável.

Mas um outro argumento desconceitua o termo «transição para a democracia» para designar o período revolucionário. A revolução encerra em si regimes distintos do regime democrático representativo que se seguiu à contrarrevolução e, portanto, não é correto inserir processos distintos numa única noção de «transição para a democracia». Houve de facto duas ruturas em Portugal entre 1974 e 1976: passou-se do regime fascista para um período revolucionário (que aliás se pode dividir em dois subtipos, um essencialmente democrático até 11 de março de 1975 e outro de disputa objetivamente socialista a partir dessa data) e desse para outro democrático liberal, que se começa a formar a partir de novembro de 1975. O novo nasce do velho. Mas é necessário recordar que a revolução portuguesa não foi o «acidente» que deu origem à democracia liberal. O regime democrático liberal assenta em dois pressupostos radicalmente distintos do período revolucio-

<sup>67</sup> VITULLO, Gabriel E. «Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica», In *Revista Sociologia Política*. [online], 2001, no. 17 [citado 2007-02-12], pp. 53-60. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104782001000200006&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104782001000200006&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0104-4478. doi: 10.1590/S0104-44782001000200006.

<sup>68</sup> BIRKE, Peter, HÜTTNER, Bernd, OY, Gottfried (HRSG.), *AlteLinke – NeueLinke? Die SozialenKämpfe der 1968er Jahre in der Diskussion*, Berlin, Karl Dietz Verlag, 2009.

nário: a democracia representativa (e não direta) e o respeito pela propriedade privada dos meios de produção.

O termo «transição por rutura» também não elimina esta omissão, uma vez que houve duas ruturas muito bem delimitadas cronologicamente, em termos de direção política e em termos da organização das forças armadas em Portugal: o golpe militar de 25 de Abril de 1974, que iniciou a revolução, e o golpe militar de 25 de novembro, que iniciou a contrarrevolução e o regime democrático liberal. A única fronteira que não é clara na mudança ocorrida em 25 de novembro é precisamente no campo das lutas sociais (as ocupações de terras, por exemplo, prosseguiram para lá de novembro de 1975). Uma vez que a contrarrevolução também é ela própria um processo (que começa num golpe militar, mas a ele não se resume) e vai dar-se num curto e médio prazo (os bancos serão privatizados uma década depois). Mas do ponto de vista do regime a mudança foi clara, com o fim da dualidade de poderes (vulgo ‘indisciplina’) nos quartéis logo a partir de 25 de novembro 1975 e a realização de eleições legislativas em abril de 1976.

Um outro argumento ainda lembra que o próprio conceito de revolução tem uma história. Carlos Taibo recorda, a propósito das mudanças de regime da Europa de Leste (1989), que os conceitos de revolução e de transição dificilmente são compatíveis<sup>69</sup>. Norberto Bobbio assinala que a terminologia revolução tem uma história e significação própria, que o cientista político italiano opõe a reforma e não a transição<sup>70</sup>. O conceito de revolução, inclusive, é para este politólogo menos controverso que a extensão da radicalidade da mudança numa revolução: «*Afirmemos desde já que a dificuldade para emitir um juízo sobre a radicalidade da mudança é bem maior do que a dificuldade para definir o evento revolucionário em relação à natureza do movimento*»<sup>71</sup>.

O termo transição é, finalmente, desajustado porque a ele está associado um “como” – negociação entre “elites”, ou seja, acordo entre dirigentes das classes em conflito –, mas não está explicado “porquê”, o que em última análise faz repousar sobre a vontade individual dos dirigentes a razão de tal negociação.

Em resumo, verifica-se entre um setor da investigação histórica e política uma tendência para considerar a revolução portuguesa como uma «doença», que surge num momento em que já se estava a dar uma transição no País no sentido da democratização, ou seja, tende a dominar uma visão de que a revolução interrompeu, como que despropositadamente, uma transição/modernização que já estaria em curso e que permitiria assegurar a mudança e simultaneamente a estabilidade do Estado. O uso do conceito de “transição” não é, neste caso, uma escolha incons-

<sup>69</sup> TAIBO, Carlos. «Sovietólogos y Transicionólogos: una Relación Conflictiva». *Las Transiciones en Europa Central y Oriental*, Madrid, Catarata, 1998, p. 12.

<sup>70</sup> BOBBIO, Norberto, *Tèoria Geral da Política*, São Paulo, Editora Campus, 10ª edição, 2000, pp. 577-609.

<sup>71</sup> *Ibidem*, p. 606.

ciente, porque o próprio conceito ergue uma visão historiográfica, acarretando consigo uma visão teleológica das sociedades: o regime democrático como fim da história. É aliás esta mundivisão ideológica que justifica que algumas obras sobre a revolução portuguesa, que não se ancoram nas teorias da transitologia e têm por base um levantamento histórico rigoroso, não se tenham inibido de classificar a revolução como uma patologia, como é o caso da obra *Portugal em Transe*, de José Medeiros Ferreira<sup>72</sup> ou *Os Dias Loucos do PREC*, dos jornalistas José Pedro Castanheira e Adelino Gomes<sup>73</sup>.

### REVOLUÇÃO E DEMOCRACIA: QUE DEMOCRACIA?

Fernando Rosas foi, como vimos, dos historiadores que mais se opuseram à ideia de continuidade entre o marcelismo e a democracia liberal, assinalando nos seus trabalhos a centralidade da rutura revolucionária como insubstituível ao fim da ditadura e ao início de um novo regime:

«(...) da falência do marcelismo como via de solução política para a guerra colonial e, por consequência, como processo de transição democrática, nasce para o regime uma situação de impasse e de alto risco. O regime fica sem solução para os resultados inelutáveis da sua política»<sup>74</sup>.

O historiador, especialista no período do Estado Novo, assinala ainda que este salto qualitativo se dá quer 1) ao nível dos apoiantes do Estado Novo – a revolução não foi um «parênteses dispensável», o que fica amplamente demonstrado nos seus trabalhos sobre o marcelismo; 2) quer ao nível do movimento operário. Pese embora toda a agitação social em 1973, esta não teve força para derrubar o regime. O historiador critica aqueles que argumentam, *apari passu* com as teses do «levantamento nacional», que teria havido um movimento popular forte na origem do derrube do regime:

«Mas esta agitação política e social, por expressiva que fosse, era insuscetível, só por sim, de levar ao derrube do regime. Não havia uma situação “insurreccional”, uma

<sup>72</sup> FERREIRA, José de Medeiros, «25 de Abril, uma Revolução?», In MATTOSO, José (coord.), *História de Portugal. Portugal em Transe*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

<sup>73</sup> CASTANHEIRA, José Pedro, GOMES, Adelino, *Os Dias Loucos do PREC*, Lisboa, Expresso/Público, 2006.

<sup>74</sup> ROSAS, Fernando, *Portugal Século XX (1890-1976). Pensamento e Ação Política*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004, p. 130.

“situação revolucionária”, da qual o MFA seria a expressão armada, como pretendem certas tentativas tardias de ressuscitar as teses do “levantamento nacional”»<sup>75</sup>.

A incapacidade de rutura verifica-se a dois níveis, do lado da classe dirigente do regime e do lado dos trabalhadores: nem a fração da burguesia crítica do regime nem as experiências sindicais combativas vindas de 1968-1969 lograram mudar o regime. É, como se sabe, de um setor intermédio da oficialidade (capitães) que vem o golpe que põe fim ao regime. Iniciando-se depois uma revolução, exposta em forma de teses pelo autor<sup>76</sup>.

Independentemente da análise que o autor faz da revolução – e que aqui não discutimos, assinalando que propõe uma periodização da revolução assente nos marcos históricos das mudanças de governos e na relação com as forças sociais –, discordamos de uma conclusão central, que aqui procuramos debater, contribuindo para um debate em curso. A noção, avançada por Fernando Rosas, de que o 25 de novembro não foi uma forma de contrarrevolução, mas uma «contenção pactuada» e a ideia de que a democracia «sai do processo revolucionário», é a sua «marca genética»:

*«A democracia institucionalizada em 1976, fruto, é certo, da sua contenção, é por ela genética e decisivamente marcada. É uma democracia que sai, apesar de tudo, do processo revolucionário e não, como pretende a revisão conservadora da história do período, que se imponha contra ela»*<sup>77</sup>.

É um facto que não raras vezes se encontram referências ao PREC que tentam assinalar um domínio ditatorial do controlo do Estado durante a revolução, visão que Rosas procura, quanto a nós com êxito, criticar. Já acima criticámos esta visão, que de alguma forma orienta os trabalhos de Rui Ramos, entre outros autores.

Porém, se é verdade que o regime democrático representativo não é um prolongamento do Estado Novo, interrompido abruptamente por um processo revolucionário, também é verdade que a democracia liberal não é um prolongamento da revolução, mas sim da sua interrupção abrupta, ou seja, da sua derrota. Revolução e a contrarrevolução são dois momentos distintos, assinalados desde logo por regimes diferenciados. Existe um período de regime distinto entre o fim da ditadura – a 25 de Abril de 1974 – e o início do regime democrático-liberal ou democrático-constitucional, cuja construção se inicia a 25 de novembro de 1975. Trata-se de um período de 19 meses marcado por aquilo que se designa histori-

<sup>75</sup> ROSAS, Fernando, *Portugal Século XX (1890-1976). Pensamento e Ação Política*, Lisboa. Editorial Notícias, 2004, p. 131.

<sup>76</sup> ROSAS, Fernando, «Notas para um Debate sobre a Revolução e a Democracia», In VARELA, Raquel (coord.), *Revolução ou Transição. História e Memória da Revolução dos Cravos*, Lisboa, Bertrand, 2012.

<sup>77</sup> ROSAS, Fernando, *Portugal Século XX (1890-1976). Pensamento e Ação Política*, Lisboa. Editorial Notícias, 2004, p. 138.

camente como formas de *democracia direta* (que outros autores classificam de democracia industrial, ou poder operário) ou como a existência de uma dualidade de poderes, com um poder paralelo ao do Estado marcado pelo protagonismo dos trabalhadores, de diversos setores/frações desta classe social. Creio que é um equívoco associar a revolução à construção do regime democrático liberal, porque esse equívoco confunde formas de Estado, regime e governo. Sobretudo, não permite distinguir a revolução do seu contrário, a contrarrevolução.

O Estado neste período foi sempre, mesmo em crise, um Estado capitalista (nunca houve um Estado socialista em Portugal, mas um Estado em crise marcada pela existência de poderes paralelos, em 1974-1975). Mas houve vários regimes no quadro desse mesmo Estado: ditadura, os regimes que perduraram durante a revolução, o regime democrático representativo.

Está por discutir, e não o fazemos aqui, qual a natureza dos regimes, se é que houve mais do que um, durante o biénio 1974-1975. Teria sido dominante durante este biénio um regime kerenskista, por alusão ao regime de Kerensky depois de fevereiro de 1917 na Rússia? Há um regime semibonapartista depois de 11 de março de 1975, primeiro pressionado pelo PCP (*Documento Guia Povo-MFA*) e depois pelo PS e a direita (VI Governo)?

Independentemente dos regimes que vigoraram no biénio 1974-1975, a revolução tinha um curso, que influencia e é influenciado pelos regimes. Mas ainda assim um curso independente, marcado pelos organismos de ‘poder popular’. O Estado não se impunha, não havia «estabilidade», tinha que negociar sistematicamente com esses organismos (organizados *de facto* ou não, até maio de 1975, e a partir daí coordenados regional ou sectorialmente). Assim, é conceptualmente mais preciso considerar que a democracia direta é filha da revolução e a democracia representativa é filha da contrarrevolução.

Muitas vezes esta expressão é de imediato alvo de críticas que consideram que ela acarreta uma visão mais ideológica do que histórica. É uma pressão injusta, porque a outra visão, que omite ou desvaloriza a existência de uma situação de dualidade de poderes, é muito mais alvo da pressão ideológica de um País que não ainda ajustou contas – e por isso tem mais dificuldades em fazer história – com o seu passado:

1. Um passado em que os mesmos militares que fizeram uma guerra terrível contra povos quase indefesos em África, alguns deles, corajosamente, derrubaram a ditadura a 25 de Abril de 1975;
2. Um país onde muitos destes militares (Grupo dos Nove) que derrubaram a ditadura se juntaram numa ampla frente para pôr fim à dualidade de poderes, à revolução, num golpe de Estado a 25 novembro de 1975, que termina com a prisão em massa dos militares afetos às perspetivas revolucio-

nárias que pugnavam por um deslocamento do Estado e não só do regime (a maioria naquilo que se chamou então teorias «terceiro-mundistas»).

3. Um país onde a democracia liberal encaixou os partidos constituintes do regime desde então num amplo pacto social que implicou dismantelar a origem da pressão para o deslocamento do Estado, isto é, a dualidade de poderes nos lugares de trabalho (comissões de trabalhadores), nos bairros, na administração local e na reprodução da força de trabalho (comissões de moradores) e finalmente, a partir de 1975, aquilo que Mário Soares designou como a «sovietização do regime», isto é, a dualidade de poderes emergente nas Forças Armadas.

4. É ainda uma memória que pesa porque o partido que teve um papel heroico contra a ditadura – o PCP – aceitou não resistir ao 25 de novembro, assumindo publicamente, pela mão do seu líder de então, Álvaro Cunhal, que a esquerda militar se tinha tornado um fardo para o PCP porque a sua atuação punha em causa o equilíbrio de forças com os Nove e os acordos de coexistência pacífica entre os EUA, a Europa Ocidental e a URSS.

Foi a partir de 25 de novembro de 1975 que se iniciou um novo regime, lentamente é verdade, uma vez que a revolução leva mais de dez anos a ser derrotada, a força de trabalho a ser “flexibilizada” (a partir de 1986–1989), a contra-reforma agrária (1982) a ser realizada, bem como a progressiva erosão do Estado social, com as privatizações (1989). Mas foi nesta data que se deu o retorno à disciplina da produção para a acumulação de capital, aliás reconhecida publicamente no discurso do chefe militar do golpe, Ramalho Eanes, nas celebrações do segundo aniversário do 25 de novembro de 1975<sup>78</sup>.

#### NOTAS CONCLUSIVAS

Existe ainda hoje uma intensa polémica à volta do que foi o 25 de novembro – e há dados que ainda não estão totalmente esclarecidos. Porém, é indiscutível que esta data marca o início do fim da revolução e a consolidação daquilo que António de Sousa Franco, economista e cientista social, chamou a «contrarrevolução democrática»<sup>79</sup> e que, fruto da força ideológica dos vencedores, é hoje apelidado de «normalização democrática».

A revolução portuguesa encontra o seu marco histórico na conjugação de uma crise nacional (financeira, política, militar) e na entrada na arena política das

<sup>78</sup> EANES, Ramalho, «No 2.º aniversário do 25 de novembro», Discurso proferido em Tancos. In Secretaria de Estado da Comunicação Social, 1978, p. 10.

<sup>79</sup> FRANCO, António de Sousa, «A Economia». In REIS, António (coord.). *Portugal 20 Anos de Democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 207

massas estudantis e trabalhadoras. Estas *massas* inicialmente – usamos o conceito de *massas* no sentido de não serem ainda grupos organizados com um programa político, daí este conceito, aliás preciso, de massa disforme, disruptiva – evoluirão depois para a organização em estruturas de base, comissões, associações, partidos ou sindicatos. Paulatinamente, organizam-se grupos de trabalhadores e moradores, estudantes e mais tarde soldados, que serão o centro nevrálgico da revolução. São estes que determinam o curso da crise de Estado e de acumulação, que se saldou não só na amplitude de direitos políticos mas teve como resultado a maior erosão de sempre do capital, saldando-se naquele que é historicamente, entre nós, o maior ganho dos rendimentos do trabalho sobre os do capital. Passam de ser o equivalente em 1973 a 50% do Produto Interno Bruto para o trabalho (salário e contribuições sociais) e 50% para o capital (juros, lucro e rendas) para, em 1975, serem quase 70% para o trabalho e 30% para o capital. Esta transferência, por força das lutas sociais, dá-se na forma de intervenção das empresas descapitalizadas (pagamento de salários e investimentos), aumentos diretos dos salários, aumento do salário social (nascimento das funções sociais do Estado), rendas de casa subsidiadas, congelamento de preços, etc.

Historicamente existem várias configurações de revoluções e várias formas de contrarrevolução. Da mesma forma que uma revolução é um processo histórico que não se resume a um golpe militar, uma quartelada, a contrarrevolução não é um processo histórico que possa ser resumido a um golpe violento que instaura uma ditadura.

Na verdade, da experiência da contenção da revolução portuguesa pela via pacífica e democrática, aplicada preventivamente em Espanha com grande sucesso, surge um laboratório de processos contrarrevolucionários que nada têm a ver com o modelo chileno (um golpe contrarrevolucionário feito sob as botas de uma sangrenta ditadura militar). Este modelo “pacífico” de contrarrevolução (hoje enquadrado pelo conceito teleológico de «transições para a democracia») será adotado pelos EUA para sua política externa, a “doutrina Carter”, aplicado depois à América Latina com a substituição progressiva das ditaduras por regimes de filiação democrática<sup>80</sup>. Um modelo que se centra na ideia de pôr fim às revoluções ou evitá-las criando uma base social eleitoral, no quadro de um regime democrático representativo, isto é, uma transição para uma democracia liberal que evite ruturas revolucionárias.

<sup>80</sup> LEMUS, Encarnación. *En Hamelin... La Transición Española más allá de la Frontera*, Oviedo, Septem Ediciones, 2001.